

RELATÓRIO DO JÚRI

Registo
Relatório n.º 2191 / 2017

Data da Informação
09/02/2017

Processo
2017/300.10.005/9

ASSUNTO: Relatório Final - procedimento 2017/300.10.005/9 - Aquisição de trator agrícola novo

Relatório Final

Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação

Identificação do procedimento: **2017/300.10.005/9 – Ajuste Direto Regime Geral**

Objeto da contratação: **Aquisição de trator agrícola novo**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, doravante designado de CCP, no dia oito de Fevereiro de 2017, reuniu o júri do processo de contratação para "**Aquisição de trator agrícola novo**" a fim de proceder à elaboração do relatório final, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar a ordenação final das propostas constante do relatório preliminar e propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

1. Audiência Prévia e ordenação das propostas:

Para efeitos de audiência prévia em reunião de 23 de janeiro de 2017 o júri procedeu à elaboração do respetivo relatório preliminar, onde registou os resultados da análise e avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes e nos termos do art.º 123.º o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.-----

2. Proposta de Adjudicação

Considerando que durante o período fixado não existiram quaisquer observações dos concorrentes o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, pelo que propõe a adjudicação da proposta apresentada pelo concorrente **Irmãos Luzias – Máquinas e Alfaias Agrícolas, Lda, no valor de €**

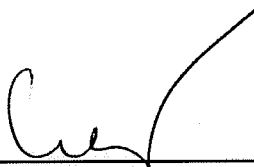
Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

40.000,00 (quarenta mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Face ao que antecede, se a proposta aqui formulada merecer aprovação superior, deverá, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, proceder-se à notificação de todos os concorrentes, a qual será acompanhada de presente relatório final e ser notificado o adjudicatário no sentido de proceder em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 77.º do CCP.

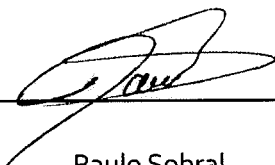
Sines, 8 de Fevereiro de 2017

Presidente do Júri



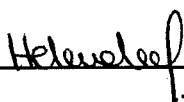
Miguel Falcão

1º Vogal



Paulo Sobral

2º Vogal



Helena Leal

sandra

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.